

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

GABRIELA AMARAL FERREIRA NUNES

PIBID e formação de professores para educação das relações étnico-raciais numa perspectiva
antirracista: o subprojeto História e Geografia junto à Escola Estadual Américo Renê
Giannetti, Uberlândia - MG (2022-2024)

Uberlândia
2024

GABRIELA AMARAL FERREIRA NUNES

PIBID e formação de professores para educação das relações étnico-raciais numa perspectiva antirracista: o subprojeto História e Geografia junto à Escola Estadual Américo Renê Giannetti, Uberlândia - MG (2022-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de graduação em História – Licenciatura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha

Uberlândia-MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

N972 Nunes, Gabriela Amaral Ferreira, 2002-
2024 PIBID e formação de professores para educação das
relações étnico-raciais numa perspectiva antirracista:
[recurso eletrônico] : o subprojeto História e Geografia
junto à Escola Estadual Américo Renê Giannetti,
Uberlândia - MG (2022-2024) / Gabriela Amaral Ferreira
Nunes. - 2024.

Orientadora: Nara Rúbia de Carvalho Cunha.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
História.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Cunha, Nara Rúbia de Carvalho, 1978-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

GABRIELA AMARAL FERREIRA NUNES

PIBID e formação de professores para educação das relações étnico-raciais numa perspectiva antirracista: o subprojeto História e Geografia junto à Escola Estadual Américo Renê Giannetti, Uberlândia - MG (2022-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de graduação em licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha

Uberlândia, 10 de abril de 2024

Banca Examinadora:

Prof.a. Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha – Orientadora

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior – Examinador

Prof. Ms. Ligia Gomes Perini – Examinadora

AGRADECIMENTOS

Diante do longo caminho que trilhei até chegar aqui, devo agradecimentos a minha família, aos meus amigos e todos aqueles que foram meus alicerces durante essa etapa.

Agradeço de forma especial a minha mãe, Luciana, que mesmo diante de todas as adversidades, sempre me apoiou e nunca mediu esforços para que eu me dedicasse aos estudos. Se hoje estou aqui, é fruto da sua batalha e determinação. A minha avó, Dalva, meu maior exemplo de solidariedade e amor, que sempre me acolheu em seu cuidado e me deu sustento para continuar. A essas duas mulheres fortes que me criaram doando tudo de si para que eu alcançasse meus objetivos, muito obrigada.

A minha irmã Luísa, meu arco-íris depois da tempestade. Seu nascimento salvou a minha alma e o meu coração, trazendo alegria e leveza aos meus dias. Quando longe, sempre sinto saudade, e apesar da distância, seu sorriso é o meu combustível diário. Obrigada, pequena.

A todos amigos que fiz no 50, agradeço por proporcionarem mais descontração e felicidade nas minhas manhãs.

Aos meus amigos e parceiros de trajetória, Milla e João, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, sou muito grata pela amizade e pelo apoio, a caminhada não teria sido a mesma sem vocês. Obrigada por tudo.

Gratidão por tanto, Helena B.!

Agradeço também ao Levante Popular da Juventude, sobretudo a célula Edson Luís e aos companheiros que me inspiraram diariamente na luta coletiva por uma sociedade melhor e pela construção de um projeto popular para o futuro.

A minha supervisora do PIBID, Ligia Perini, meu muito obrigada por esses dois anos essenciais da minha formação, sem você esse trabalho não seria possível.

Por fim, agradeço a minha coordenadora e orientadora prof.^a Nara, que sempre acreditou no meu potencial e me tranquilizou nos momentos turbulentos. Obrigada por me guiar nessa caminhada e estar sempre me apoiando com tanta paciência e afeto, antes de qualquer coisa, você é inspiração.

Minha esperança emerge daqueles lugares de luta nos quais testemunho indivíduos transformando positivamente sua vida e o mundo ao seu redor. Educar é sempre uma vocação arraigada na esperança. Como professoras e professores, acreditamos que aprender é possível, que nada pode impedir uma mente aberta de buscar conhecimento e de encontrar um modo de saber. (HOOKS, 2022, p. 20)

RESUMO

Este trabalho se volta para a reflexão sobre as contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tanto para a formação docente quanto para o Ensino de História no Brasil. Assumindo uma perspectiva metodológica de pesquisa da própria prática, recorro para investigação uma das atividades realizadas pela equipe de bolsistas do PIBID, edital 2022-2024, lotados na Escola Estadual Américo Renê Giannetti, em Uberlândia-MG, no subprojeto interdisciplinar História e Geografia, que integra o projeto institucional da UFU para o citado edital. Analiso como fontes de pesquisa produções discentes, elaboradas por estudantes do Ensino Médio, ao longo do primeiro semestre de 2023, sob orientação de nossa equipe, por ocasião da Mostra de História. Nesse movimento analítico, reflito de modo crítico sobre o potencial do trabalho proposto para uma reelaboração das relações étnico-raciais e do papel do Ensino de História em uma educação comprometida com o combate ao racismo, no contexto de discussões sobre demandas contemporâneas do e para o Ensino de História, especialmente no que tange ao cumprimento da Lei nº 10.639/03.

Palavras-Chave: Ensino de História, PIBID, Antirracismo.

ABSTRACT

This study examines the impact of the Institutional Teaching Initiation Scholarship Program (PIBID), administered by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), on teacher training and History Education in Brazil. Employing a methodological approach of self-practice inquiry, the investigation focuses on a specific activity conducted by the PIBID scholarship team at Américo Renê Giannetti State School in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil, within the interdisciplinary History and Geography subproject affiliated with the Federal University of Uberlândia's institutional initiative. The study analyzes student outputs generated during the first semester of 2023, guided by our team, during the History Exhibition. Through this analysis, the paper critically assesses the potential of the undertaken work in reshaping ethnic-racial dynamics and the role of History Education in fostering an anti-racist educational environment, in line with contemporary discussions and the requirements of Law 10.639/03.

Keywords: History Education, PIBID, Antiracism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quantitativo nacional de bolsas do PIBID por ano.....	14
Figura 2 – Exposição sobre “O mito da democracia racial no futebol” apresentada na Mostra de História.....	22
Figura 3 – Convite da Mostra de História enviado aos professores da escola.....	24
Figura 4 – Quadro de fotografias apresentado na Mostra de História.....	26
Figura 5 – Simulação apresentada na Mostra de História.....	26
Figuras 6, 7 e 8 – Varal com termos racistas apresentado na Mostra.....	28-29
Figuras 9, 10, 11 e 12 – Documentário exibido na Mostra de História.....	30-31
Figuras 13, 14 e 15 – Jornal produzido pelos estudantes e apresentado na Mostra de História.....	33-35
Figura 16 – Cartaz exposto na Mostra de História.....	36

SUMÁRIO

I - Introdução: uma pesquisa no bojo do PIBID/Capes.....	11
II - Ações educativas antirracistas na E. E. Américo Renê Giannetti - Subprojeto PIBID História e Geografia UFU, edital 2022-2024.....	16
III - Mostra de trabalhos sobre as relações étnico-raciais no Brasil: interfaces entre a primeira república e a atualidade.....	20
III.I - Leitura das produções dos estudantes: o potencial da Mostra para uma educação antirracista.....	24
IV - Considerações Finais.....	36
Referências Bibliográficas.....	37

I - Introdução: uma pesquisa no bojo do PIBID/Capes

Um dos maiores desafios do estado brasileiro nas últimas décadas tem sido, sem dúvidas, alcançar a meta de melhoria da educação básica do país. Para o cumprimento desse objetivo, são desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC) políticas públicas estratégicas a fim de atender as demandas identificadas desse campo, como é o caso do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Apresentado no dia 27 de julho de 2007 pelo ministro da educação Fernando Haddad, o programa foi colocado enquanto uma “medida complementar” ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007). Embora tenha sido projetado para o ano de 2008, o programa foi iniciado em 2009.

O PIBID é regido pela Portaria CAPES nº 72 de 9 de abril de 2010, que institui o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência “visando aprimorar a formação dos docentes, valorizar o magistério e contribuir para a elevação do padrão de qualidade da educação básica.” A portaria tem como base a Lei nº. 11.502, de 11 de julho de 2007, que três anos antes conferia à CAPES o papel de atuar no fomento à formação de professores, tanto no âmbito da graduação, quanto na modalidade continuada, ou seja, profissionais que já atuam nas instituições básicas de ensino.

Antes de explorar os objetivos específicos e a finalidade pretendida a partir do programa, é necessário tratar das problemáticas centrais que motivaram sua criação. As especialistas em Educação Camila Santos Cornelo e Marisa Schneckenberg (2020) analisam esse cenário, desde conferências e reuniões políticas mundiais da década anterior, até às metas e acordos estabelecidos pelo governo nesses espaços, no que diz respeito à melhoria do ensino e da aprendizagem, constatando que na época, 2008, o Brasil estava longe de alcançar os níveis de qualidade da educação desejados. A baixa procura e conclusão dos cursos de licenciatura, a formação docente deficitária e as consequências futuras desses problemas influenciaram diretamente na criação de políticas públicas educacionais, dentre elas, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Levando em conta a necessidade de colaborar para suprir essas carências, o PIBID já nasce com propósitos desafiadores, fins esses expressos de forma muito clara e direta nas leis, decretos e portarias que dispunham sobre o programa. A partir da leitura dos objetivos presentes na Portaria CAPES nº 72 de 9 de abril de 2010, além dos itens que dizem respeito ao incentivo à docência e valorização do magistério, outros dois tópicos chamam bastante atenção:

III) inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
 V) incentivar escolas públicas de educação básica, tornando-as protagonistas nos processos formativos dos estudantes das licenciaturas, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes. (BRASIL, 2010)

É importante observar a forma como o texto coloca o espaço da escola enquanto um lugar de relevância na formação do profissional de licenciatura, enfatizando “a integração entre educação superior e educação básica”, desmistificando a ideia de que a escola é apenas um receptáculo menos provido de potencial para produção de conhecimento, se comparada a uma instituição de ensino superior. A opção pela palavra “integração” sugere uma relação de colaboração, fator substancial no PIBID, uma vez que são mobilizados e colocados em diálogo docentes e discentes de duas esferas distintas, mas complementares da educação. No que tange ao vínculo de cooperação proporcionado pelo programa, segundo Oliveira e Carmo:

Entendemos que o programa viabilizou, em certa medida, romper o ciclo de desvalorização e precarização do trabalho docente nas redes públicas a partir da inserção e aproximação dos licenciandos na escola e do trabalho realizado na e não sobre a escola. É válido salientar que não estamos colocando o programa como um “salvador da educação”, mas entendemos que ele oportuniza novas práticas e possibilidades para a sala de aula, atrelando teoria e prática, saberes acadêmicos e escolares, além de propiciar uma formação docente mais completa e próxima de uma perspectiva atualizada dentro da escola (...) (OLIVEIRA & CARMO, 2022, p. 57)

Na Universidade Federal de Uberlândia, o PIBID teve início em 2009, estabelecendo parceria com vinte escolas de ensino básico das cidades de Ituiutaba e Uberlândia. Nesse momento, havia quinze subprojetos desenvolvidos pelos cursos de licenciatura da universidade, além do subprojeto História e Cultura Afro-Brasileira (PIBID/HCAFRO), que trabalhava em conjunto com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). De acordo com a CAPES, 341 bolsistas participavam do programa na UFU, incluindo coordenadores, supervisores e licenciandos¹, e era a “proposta estreitar os laços entre a universidade e a educação básica pela

¹ As modalidades de bolsa citadas, correspondem a valores financeiros e funções específicas dentro do projeto institucional, sendo elas:

- Iniciação à docência: para discentes que tenham concluído, no máximo 60% da carga horária regimental do curso de licenciatura ao ingressar no programa, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais);
- Professor Supervisor: para docente da escola de educação básica responsável por acompanhar e orientar os estudantes nas atividades desenvolvidas na escola-campo, no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais);
- Professor Coordenador de Área: para docente da IES responsável por planejar e orientar as atividades dos estudantes de seu núcleo de Pibid, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- Coordenador Institucional: para o docente da IES, responsável pela execução do projeto institucional de Pibid, no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

valorização do trabalho dos docentes, motivando os licenciandos para que possam, mais tarde, atuar e promover melhorias na educação básica.”²

A maior realização do programa reside justamente em cumprir de forma satisfatória seus objetivos principais, dentre eles o de melhoria da formação docente inicial e continuada, uma vez que assim como os licenciandos, os professores que já atuam nas escolas também são acolhidos pela iniciativa de formação. Com suporte nessa dinâmica, além da melhoria da educação básica a partir dos projetos desenvolvidos nas escolas da rede pública, o PIBID atua ainda na formação do professor com perfil pesquisador, característica esperada dos egressos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia.

A constituição do profissional com essa característica é possível através da metodologia de trabalho do programa, já que a pesquisa é incentivada em todas as etapas de desenvolvimento dos projetos, desde o planejamento das ações até a análise da própria prática. Nesse cenário, de acordo com Maria Amélia Santoro Franco, a prática “requer pensamento, crítica, diálogo e reflexão sobre ela própria”:

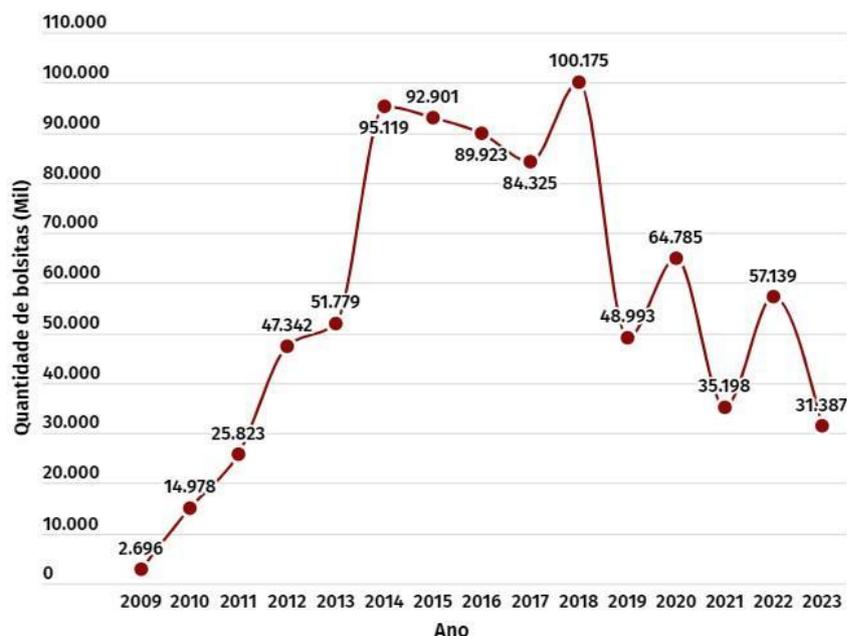
Não se pode pensar em formar para a prática por meio de procedimentos pautados na concepção de uma didática prescritiva e normativa. A prática precisa de olhar pesquisador; de um pensamento investigativo; das ferramentas teóricas que permitem compreender a realidade e também de um coletivo investigador, que funcione como espaço de reverberação da realidade e de contínua aprendizagem. (FRANCO, 2017, p. 15)

Ainda no tocante às potencialidades formativas do PIBID, os processos possibilitados a partir do programa permitem também uma discussão muito interessante acerca da relação entre teoria e prática no campo da docência e do ensino. De acordo com Glaucia Signorelli e Marli André, além de promover a valorização da escola enquanto um local de produção de conhecimento, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência se apresenta enquanto uma política pública inovadora e potente, na medida em que adota uma metodologia que fomenta a construção de saberes de maneira conjunta, mobilizando teoria e prática de forma horizontal e associada. É a partir da proximidade entre a universidade e a escola que a relação de assimilação entre teoria e prática é concebida tanto pelo licenciando quanto pelos docentes, e há “o entrelaçamento entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional.” (SIGNORELLI & ANDRÉ, 2022, p. 19)

² GOVERNO FEDERAL (Brasil). CAPES. *UFU promove seminário de acompanhamento do Pibid*. 3 dez. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/ufu-promove-seminario-de-acompanhamento-do-pibid>. Acesso em: 1 fev. 2024.

Por se tratar de uma política educacional subsidiada pelo Ministério da Educação (MEC), portanto dependente da verba do Governo Federal, o PIBID enfrentou inúmeros desafios desde a sua criação. De acordo com a análise dos editais de 2007 a 2021 feita por Diana Martins Tigre (2022), essas mudanças no programa impactam de forma direta à sua maneira de realização, consequentemente interferindo também nos seus resultados. No caso da Universidade Federal de Uberlândia, o subprojeto do qual faço parte, assim como muitos outros da instituição, atuam de modo interdisciplinar, unindo dois cursos que trabalham de maneira conjunta nas escolas. A interdisciplinaridade, antes de ser um princípio formativo, foi o arranjo encontrado para conseguir contemplar um número maior de cursos de licenciatura frente à escassez do número de bolsas, que vem sendo reduzido drasticamente desde o ano 2017, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 1 – Quantitativo nacional de bolsistas do PIBID por ano.³



Fonte: CAPES.

A partir do quantitativo apresentado nessa imagem, é possível perceber que o PIBID, mesmo sendo um programa com importante papel na melhoria da educação básica e superior, além de uma política de formação docente efetiva, sofre com quantidades instáveis de investimento ano a ano. Os recorrentes cortes orçamentários na educação também influenciam

³ De acordo com a CAPES, essa contagem é de CPFs distintos por ano de pagamento. A mesma cota de bolsa eventualmente pode ser ocupada por mais de um CPF, em caso de substituição do bolsista. Assim também, o mesmo CPF pode ser contato duas vezes, caso tenha participado dos dois programas no mesmo ano.

diretamente no desenvolvimento e resultados dos projetos construídos dentro da iniciativa, uma vez que além da quantidade, o pagamento das bolsas pode ser diretamente afetado.

Conforme dito anteriormente, o subprojeto a que integro é interdisciplinar, os discentes dos cursos de História e Geografia atuam em quatro grupos de trabalho, sendo cada um composto por uma supervisora e oito bolsistas de iniciação à docência, atuando em quatro escolas públicas de educação básica da cidade de Uberlândia, os quais são coordenados por três professoras da UFU, sendo duas lotadas no Instituto de História (INHIS) e uma no Instituto de Geografia (IG).⁴

A temática e o eixo de reflexão principal do subprojeto de História e Geografia, elaborado pelas coordenadoras de área elegeram:

(...) a vivência no espaço da cidade como locus e mote de reflexões sobre experiências e sensibilidades urbanas historicamente engendradas. Alargando a compreensão do espaço como construção social, cultural e histórica (SANTOS, 1984; PESAVENTO, 1995), buscamos problematizar as formas de fruição e ocupação da cidade por diferentes grupos sociais, políticos, econômicos, culturais e étnico-raciais. Em uma perspectiva interdisciplinar e tomando a cidade como médium de reflexão, almejamos promover reflexões críticas sobre as construções narrativas para as quais a cidade é suporte, texto e ambiente (BENJAMIN, 2006). Colocam-se como eixos reflexivos articuladores da proposta interdisciplinar deste projeto o direito à cidade enquanto elemento fundamental na construção de uma sociedade democrática e o papel da cidade nos processos educativos de reelaboração das relações étnico-raciais (BRASIL, 2004).⁵

Com esse subprojeto, almejava-se contribuir para o cumprimento das Leis n°. 10.639/03 e 11.645/08 nas instituições de ensino básico, bem como para a melhoria da formação docente dos bolsistas e continuada das supervisoras. A partir da observação crítica do Ensino de História brasileiro e do que nos diz a professora Maria Telvira da Conceição, antes de falar sobre o combate ao racismo, é imprescindível pautar o “letramento histórico racial” dentro da prática docente. Essa necessidade, segundo a autora, é consequência de um Ensino de História que por muito tempo tratou puramente do acontecimento da escravização enquanto um evento passado, sem trabalhar a sua “conexão com os desdobramentos do racismo estrutural e das demandas históricas do povo negro.” (CONCEIÇÃO, 2023, p. 7)

⁴ Nesse momento, meu grupo de trabalho é composto por oito bolsistas de ID, sendo mais quatro do curso de História (Yago Araújo, Helena Bugliani, Emily Trassi e Nara Oliveira), e três da Geografia (Caio Vieira, Edla Guardenho e Fernando Júnior). Nossa supervisora é Lígia Gomes Perini, professora de História na Escola Estadual Américo René Giannetti. As coordenadoras de área são as docentes da UFU: Nara Rúbia de Carvalho Cunha, Angela Fagna Gomes de Souza e Maria Andréa Angelotti Carmo. A coordenadora institucional do projeto é Iara Maria Mora Longhini.

⁵ Texto do subprojeto Geografia/História do edital PIBID/CAPES de 2022-2024, elaborado para compor o projeto institucional apresentado pela Universidade Federal de Uberlândia.

A partir desse pressuposto, como será melhor descrito e examinado mais adiante, o projeto desenvolvido pelo grupo atuante na Escola Estadual Américo René Giannetti visou promover essa relação entre temporalidades no Ensino de História, a fim de que houvesse o reconhecimento das raízes do racismo e do preconceito presentes no cotidiano, bem como uma reeducação em torno dessa problemática (COSTA, 2022, p. 8). Vale destacar, nesse sentido, a relevância da Lei nº 10.639/03 e do seu cumprimento, aspirando a formação de uma sociedade antirracista e comprometida no combate à discriminação por meio do ensino crítico e engajado de História. Assim, as ações desenvolvidas em parceria com os alunos e corpo docente de todas as escolas se inspiraram na proposta do subprojeto, e o combate ao racismo foi o intuito norteador de todas as ações propostas a partir da temática das relações étnico-raciais.

Neste artigo, assumindo uma perspectiva de pesquisa da própria prática, recorro para investigação uma das atividades realizadas por esse grupo, refletindo de modo crítico sobre o potencial do trabalho proposto para uma reelaboração das relações étnico-raciais e do papel do Ensino de História em uma educação comprometida com o combate ao racismo. Trago como fonte de pesquisa produções de estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Américo René Giannetti, elaboradas sob orientação da equipe do subprojeto PIBID, por ocasião da Mostra de História, em 2023, e leio-as no contexto de discussões sobre demandas contemporâneas do e para o Ensino de História, especialmente no que tange ao cumprimento da Lei nº 10.639/03.

II - Ações educativas antirracistas na E. E. Américo René Giannetti - Subprojeto PIBID História e Geografia UFU, edital 2022-2024

A Escola Estadual Américo René Giannetti está localizada no bairro Tabajaras, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Inaugurada no ano de 1962 com o nome de “Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo René Giannetti”, é um dos educandários mais antigos da cidade, construído em um contexto histórico complexo e com uma finalidade diferente da atual, em que oferece o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com educação integral e integrada, além do Ensino Médio regular, do 1º ao 3º ano, e Ensino Profissionalizante com o curso normal para professor de educação infantil (nível médio).

A história de idealização e criação da escola, na década de 1960, está intimamente ligada ao contexto político e ao movimento de mudança ocorrida no perfil e na mentalidade da população brasileira, que se iniciou ainda na década de 30 (GOMES, 2013). Os ideais de progresso a partir da industrialização atingiram nesse momento o seu ápice, intensificando ao máximo esforços de figuras políticas no que diz respeito a intervenções públicas para que a

agenda desenvolvimentista fosse cumprida. Levando em conta que no início desse processo a maior parte da população residia em áreas rurais e era analfabeta, a educação foi utilizada enquanto um trunfo no exercício de motivação da vinda dessas pessoas para os centros urbanos em construção.

Compreender esse contexto é de suma importância, visto que a “Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo René Giannetti” foi construída justamente com o propósito de oferecer cursos profissionalizantes para que a mão de obra que chegava em Uberlândia fosse capacitada para atuar no setor industrial (SOBRINHO, 2002). Outra informação relevante é que, a partir do decreto estadual nº. 7654/64, a escola ganhou o *status* de Ginásio Industrial, se transformando em instituição pioneira nesse segmento em toda Minas Gerais. Depois de quase duas décadas oferecendo cursos de capacitação em eletrônica, eletrotécnica, mecânica, edificações e secretariado, o então governador Eduardo Azeredo determinou, no ano de 1997 o encerramento das matrículas nessa modalidade de formação, permanecendo os segmentos ensino fundamental e médio (PPP, 2018).

No que diz respeito à estrutura física, os 14 anos dedicados à sua construção refletem a ampla composição do espaço, que conta com atribuições e ambientes de ensino diversificados. Um dos obstáculos enfrentados na E. E. Américo René Giannetti é a questão da acessibilidade, classificada no próprio Plano Político Pedagógico enquanto “parcial”, essa problemática pode ser observada no dia a dia da escola, uma vez que até as rampas de acesso são muito íngremes e não atendem de maneira adequada as Pessoas com Deficiência (PCD’s). Se, por um lado, em razão da sua grande extensão, a escola conta com um arranjo espacial amplo e variado, por outro, as grandes diferenças arquitetônicas entre alguns espaços acabam gerando a impressão de desintegração entre os ambientes e segregação entre estudantes e funcionários da escola.

Em virtude da estrutura grandiosa e da localização central, considerando que a escola está situada a pouco mais de 1 quilômetro da Praça Ismene Mendes, uma das mais importantes da cidade e com maior concentração comercial nos arredores, a instituição atende alunos vindos de inúmeros bairros de Uberlândia e até da sua zona rural. Nesse sentido, foi possível observar ao longo da minha experiência no PIBID, que os estudantes possuem as mais variadas realidades sociais, econômicas e culturais, fator que impactou bastante o trabalho desenvolvido na escola. Outro ponto que merece destaque é a alta procura da instituição em razão da

proximidade citada acima com o comércio, onde vários alunos já trabalham, principalmente por meio do programa “Jovem Aprendiz”.⁶

Apesar do Plano Político Pedagógico da escola ressaltar que em sua maioria os matriculados “não ingressaram no mercado de trabalho e têm acesso às tecnologias” (p. 14), a realidade observada durante a minha experiência no ambiente de ensino foi um pouco diferente. Levando em conta principalmente as nove salas de 3º ano, público com o qual o PIBID mais interagiu durante o primeiro semestre de 2023, a maioria dos alunos já está inserida no mercado de trabalho, necessitando abdicar de horários na escola para cumprir suas obrigações profissionais. No que diz respeito à tecnologia, muitos estudantes encontraram dificuldades para realizar os trabalhos de pesquisa propostos, já que poucos possuem notebook ou computador, ferramentas que atendem melhor a essa finalidade, ao invés do celular.

A partir da história da E. E Américo René Giannetti e suas particularidades, é relevante observar o impacto das suas principais características no que diz respeito à prática docente e ao aprendizado dos estudantes. A ampla estrutura arquitetônica da escola ocasiona consequências ambíguas para os professores e alunos. Se, por um lado, a instituição conta com uma pluralidade de ambientes, muitos são disformes e distantes. Isso sugere uma sensação de segregação e descaso relatada pelos próprios estudantes, sobretudo pelas turmas de 3º ano com as quais trabalhamos na primeira metade do ano de 2023, que foram alocadas nos ambientes mais afastados dentro do espaço escolar.

Além do desafio espacial, mobilizamos ainda uma grande quantidade de estudantes, pertencentes a nove turmas do último ano do Ensino Médio. O que poderia ter sido posto enquanto um obstáculo, enxergamos como potencialidade para a realização do nosso projeto, uma vez que trabalharíamos em conjunto com estudantes cujas bagagens sociais e culturais, o cotidiano e as vivências carregavam muita diversidade.

Nesse cenário, tanto a estrutura quanto o funcionamento da instituição são fatores importantes a serem considerados, uma vez que influenciam o convívio diário e, portanto, incidem diretamente na forma com que as atividades têm de ser planejadas e desenvolvidas no ambiente de ensino. A Escola se revelou, logo nos primeiros contatos, ser caracterizada por regras rígidas, percebidas a partir do posicionamento e das atitudes do seu corpo administrativo,

⁶ O programa “Jovem Aprendiz” está vinculado à Lei nº 10.097 de 2000, e se trata de uma iniciativa que visa incluir os jovens de 14 a 24 anos no mercado de trabalho, pretendendo sanar a problemática da falta de experiência que geralmente acomete as pessoas nessa faixa etária e dificulta a busca pelo primeiro emprego. A lei estimula as empresas a contratarem funcionários nessa modalidade, que procura aliar teoria e prática, visto que uma parte da carga horária do programa é cumprida por meio da participação do jovem em um curso profissionalizante.

assim como através das ações de resistência dos estudantes. Essas dinâmicas próprias compõem o cotidiano e a cultura escolar. Segundo o professor Fernando Seffner:

A cultura escolar é influenciada pelas dinâmicas sociais e dá um tom particular ao cotidiano escolar, que tem objetivos, regras e valores próprios, muitos dos quais definidos em legislação específica. O cotidiano escolar é uma modalidade de vida no espaço público, com cores próprias, que normalmente ocorre no interior do território escolar – salas de aula, corredores, pátios, refeitório, quadras de jogos, laboratórios, biblioteca; quando os alunos estão no transporte escolar; quando em situações de atividades fora dos muros da escola –, mas produz efeitos muito além desses locais. (SEFFNER, 2021, p. 13)

Além de ponderar, portanto, sobre a história, estrutura física e a diversidade de pessoas que ocupam esse lugar, é imprescindível falar também do cenário urbano em que se situa a escola, mais especificamente sobre a construção da segregação racial e relações étnico-raciais no município de Uberlândia e suas consequências no cotidiano da cidade. No livro *História das “Funções de Preto”*: Segregação, sonhos e trabalhadores negros na região central do Brasil (2021), o professor e pesquisador Luiz Carlos do Carmo aborda o trabalho e as relações étnico raciais na cidade a partir da memória dos trabalhadores negros que chegaram em Uberlândia sobretudo nos anos de 1945 a 1960. Vale lembrar, conforme trazido acima, que a construção da Escola Estadual Américo René Giannetti acontece nos meados desse período, visando justamente a capacitação para o trabalho, a fim de que os ideais de progresso fossem alcançados.

Partindo do depoimento de habitantes negros da cidade nesse período, a pesquisa de Luiz Carmo escancara o passado racista e segregacionista de Uberlândia, assim como o tratamento hostil e a exploração da mão de obra dessas pessoas nas ditas “funções de preto”.⁷ Nesse momento, a população negra residia em sua maioria no que hoje corresponde à região central do município, o que se devia principalmente à localização próxima dos principais postos de trabalho da época. Concentrados especialmente nos antigos bairros Patrimônio e Tabocas⁸, os negros e negras desse período sofriam com o descaso do poder público municipal, os ataques racistas da imprensa, além da segregação promovida pela população branca da cidade. Segundo Carmo:

E, na ausência de uma melhor convivência entre negros e brancos, os espaços de vivência ganham cada vez mais os contornos timbrados com as marcas dos modos de vida das pessoas e da intolerância de um grupo. Pois a prática

⁷ De acordo com Luiz Carmo, esses trabalhadores desempenhavam, entre outras funções de trabalho, as do Matadouro Municipal, da Charqueada Ômega e de fazendas da região.

⁸ A antiga “Vila Tabocas”, é conhecida atualmente como Bairro Bom Jesus. O bairro Patrimônio, o mais antigo da cidade, hoje é considerado área nobre de Uberlândia em virtude da sua localização central.

perversa de segregação étnica, a desqualificação das práticas culturais e o desrespeito às diferenças, assim como o desejo de explorar, não deixam de transparecer a cada vez que os jornalistas se referem aos locais de moradia dessas pessoas ou às atividades que envolvem o contingente negro. (CARMO, 2021, p. 125)

Apesar de se tratar de um histórico recente de Uberlândia e sobretudo da região próxima de onde está localizada a escola, a dinâmica de ocupação da cidade mudou bastante na virada para o século XX, uma vez que essa população foi empurrada para as periferias do município por meio da especulação imobiliária através do desejo da classe média de ocupar essa localidade. Portanto, a E. E. Américo René Giannetti recebe estudantes dos bairros mais afastados da cidade, que na maioria das vezes têm de enfrentar um longo e exaustivo trajeto até a instituição básica, além de trabalharem no contraturno.

Considerando todos esses fatores, principalmente o da sistematização racista que fundou Uberlândia e do racismo estrutural que marca as relações da cidade na contemporaneidade, o projeto que desempenhamos constituiu um grande desafio necessário ao Ensino de História e à própria escola que o acolheu. O passado e o presente do município precisavam ser tratados de maneira crítica por nós professores, de modo a potencializar a percepção das rupturas e permanências permeadas pelo preconceito e pela resistência, além de denunciar o racismo estrutural percebido no cotidiano coletivo dos estudantes. Foi com essas preocupações e responsabilidades que nos dedicamos à orientação dos trabalhos que vieram a compor a Mostra de História, organizada pelos estudantes.

III - Mostra de trabalhos sobre as relações étnico-raciais no Brasil: interfaces entre a primeira república e a atualidade

Nos nossos primeiros meses do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), os esforços foram concentrados em conhecer melhor o programa, bem como os integrantes dos grupos do subprojeto História/Geografia, as escolas em que iríamos atuar e a temática definida para esse subprojeto: as relações étnico-raciais.

Visitamos a Escola Estadual Américo René Giannetti pela primeira vez em dezembro de 2022, e no início do ano seguinte começamos o planejamento de atividades e estudos bibliográficos, enquanto a educação básica estava de férias, buscando nos preparar da melhor maneira possível para o trabalho que seria desenvolvido.

Tínhamos a tarefa de pensar uma metodologia de estudo e produção de conhecimentos históricos no ambiente escolar que pudesse envolver e sensibilizar os alunos no que diz respeito

às relações étnico-raciais e ao racismo. Nesse contexto, começou a germinar a ideia de uma exposição de produções artísticas vinculadas à temática, deslocando o foco de naturalizações promovidas no ambiente escolar, como a hierarquia entre os saberes, que não dá respaldo semelhante a disciplinas das diferentes áreas do conhecimento.

Em março de 2023, nós pibidianos nos reunimos para pensar em algum trabalho que abordasse questões do âmbito das relações étnico-raciais e conseguisse, ainda, despertar a sensibilização dos estudantes para a problemática da construção histórica da discriminação e do preconceito no Brasil. A partir de discussões teóricas entre o grupo e do diálogo com os alunos acerca da maneira que eles gostariam de trabalhar, nos dedicamos a pensar na metodologia de desenvolvimento da atividade. O projeto da Mostra de História ganhou nome e começou a ser lapidado. Era a intenção do grupo, agregar a bagagem cultural e os saberes dos estudantes, além de colaborar com ideias que surgissem a partir da liberdade de pensamento individual e coletiva, caminho apontado por Paulo Freire (1996) ao dizer que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 21)

A partir da análise do calendário da escola e do currículo do 3º ano, combinamos que o projeto seria dividido em dois bimestres, sendo no primeiro o momento de mediarmos⁹ a realização das pesquisas e a elaboração de um trabalho escrito pelos estudantes, fase essa que consistiu na construção de um roteiro com as primeiras ideias e propostas de apresentação para o dia da Mostra. Refletimos sobre cada etapa do projeto, inclusive sobre as proposições presentes na estrutura do roteiro que foi pedido aos alunos com a intenção de avaliar as possibilidades, dialogar e sugerir fontes e referências. Nesse sentido, durante toda a etapa de produção escrita, estivemos frequentando as aulas em comunicação constante com todas as turmas e utilizando ainda *Instagram* e *e-mail* como ferramentas de suporte para indicações e atendimentos.

Como dito anteriormente, na realização do projeto consideramos o currículo colocado em ação pela professora, uma vez que os estudantes puderam aprofundar sua pesquisa dentro de uma temática com a qual já estavam familiarizados na sala de aula. Nesse momento do bimestre, a professora supervisora estava tematizando a 1ª República Brasileira (1889 a 1930). Portanto, os trabalhos desenvolvidos deveriam abordar as relações étnico-raciais dentro desse

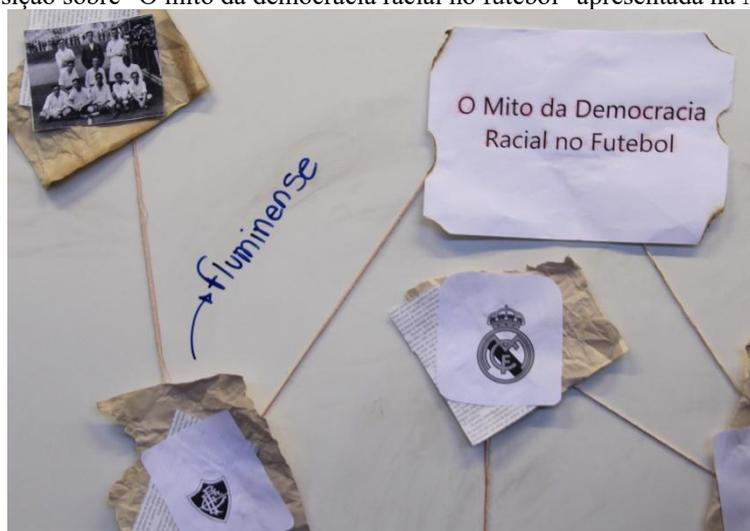
⁹ FRANÇA, Cyntia Simioni; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. Experiências limiares: produção de conhecimento histórico-educacional pelo viés da história pública. In: PAIVA, Valdemir (ed.). *Ensino de História e História Pública: Diálogos Nacionais e Internacionais*. 1. ed. rev. Campo Mourão/PR: Editora Fecilcam, 2022. cap. 10, p. 124-137.

contexto histórico, preferencialmente direcionando o debate para a contemporaneidade, a fim de promover uma articulação entre diferentes temporalidades no Ensino de História. Essa articulação temporal é um dos pilares da reelaboração dos sentidos da História no âmbito escolar após a reabertura política no Brasil, quando, desde a década de 1980 se deu um importante movimento protagonizado por profissionais ligados ao Ensino de História, tanto no campo da pesquisa quanto da atuação docente. O movimento de revisão do Ensino de História buscava combater a chamada história tradicional: factual, eurocentrada, patriarcal, excludente, pautada no tempo cronológico linear. (SILVA & FONSECA, 2010)

A estratégia utilizada para a correção dessa primeira parte escrita foi a de dividir as turmas por pibidiano, ou seja, cada licenciando ficou responsável por uma das nove turmas de 3º ano, público com o qual nós trabalhamos para as apresentações da Mostra.

Depois de desenvolver os critérios e fazer as correções dos roteiros, o mês de maio foi exclusivamente voltado para o diálogo com os estudantes em sala de aula, momentos em que pude conversar com todos e observar algumas coisas para além de somente a realização de um trabalho. A maioria dos alunos escolheu temas que eram protagonistas no seu cotidiano. Muitas estudantes do gênero feminino desenvolveram a discussão a partir da denúncia da violência contra a mulher, outros abordaram a temática LGBTQIAP+, assim como o preconceito étnico-racial foi percebido no futebol, por exemplo. A imagem a seguir é de um desses trabalhos, que tratou do “Mito da Democracia Racial no Futebol”, produção em que os discentes analisaram fontes da 1ª República e da contemporaneidade para estruturar sua apresentação.

Figura 2 – Exposição sobre “O mito da democracia racial no futebol” apresentada na Mostra de História.



Fonte: Yago Araújo. Arquivo do PIBID da E. E. Américo René Giannetti.

Ver os caminhos escolhidos pelos estudantes a partir do diálogo contínuo me encheu de entusiasmo. Assim como bell hooks, creio que “*ser professor é estar com as pessoas*” (HOOKS, 2017, p.222). Diferente do que promove o ensino tecnicista e engessado, onde o docente ocupa apenas a função de transmissor de conhecimento numa relação vertical e hierarquizada na sala de aula, acredito que a produção de saberes nesse espaço deve ser fundamentada na escuta e na comunicação aberta e constante entre professores e alunos, metodologia essa que adotamos desde o início do projeto. Acerca da importância do exercício dessa mediação didática, França e Cunha afirmam:

Consideramos que a noção de autoridade compartilhada nos permite dar contornos mais acentuados à noção de mediação didática, uma vez que permite abertura a uma perspectiva dialógica horizontalizada. Temos lido a noção de autoridade compartilhada como algo que se opõe à hierarquização dos saberes no diálogo com o público. Dessa forma, historiadores e professores de história não estariam em lugar privilegiado em relação aos públicos, que são concebidos como interlocutores, coautores, participantes ativos do processo de produção de saberes e sentidos relativos ao vivido. Rompe-se assim, com uma relação verticalizada na qual o historiador ou professor de história deteria um saber a ser transmitido ou divulgado à revelia de uma (re)elaboração coletiva. (FRANÇA & CUNHA, 2022, p. 127)

Com base nessa metodologia, as semanas que antecederam a Mostra foram de trabalho intenso por parte de nós pibidianos e da nossa supervisora. Além do acompanhamento que já vinha sendo feito desde o bimestre anterior por meio do debate em sala de aula, indicações por meio do *Instagram* e atendimento pelo *e-mail*, frequentamos ainda mais a escola nesses últimos dias para garantir a realização do evento. Nessa etapa, durante os horários de História, nos organizávamos em roda com cada grupo para auxiliar nos retoques finais das suas apresentações, documentando tudo em fichas de orientação.

A Mostra aconteceu no dia 6 de junho de 2023 e durou todo período da manhã. Assim, precisamos da aprovação da direção e concessão de horários dos outros docentes dessas turmas, que teriam aulas naquela data. Por se tratar de um dia atípico no cotidiano da escola, a cozinha também nos ajudou, preparando um lanche que pudesse ser transportado e distribuído com mais facilidade naquele setor mais distante da instituição, que o 3º ano ocupava e que foi palco da Mostra. É interessante ressaltar ainda que, apesar dos trabalhos terem sido produzidos pelas salas do 3º ano, a escola inteira foi mobilizada na atividade, uma vez que todos os professores foram convidados a levarem suas turmas para visitarem as apresentações através do convite abaixo, enviado previamente ao corpo docente:

Figura 3 – Convite da Mostra de História enviado aos professores da escola.



Fonte: Edla Guardenho e Nara Oliveira. Arquivo do PIBID da E. E. Américo René Giannetti.

A seguir, passo a apresentar e comentar alguns trabalhos da Mostra produzidos pelos estudantes, sobre os quais faço uma reflexão sobre Ensino de História a partir a minha experiência docente no PIBID.

III.I - Leitura das produções dos estudantes: o potencial da Mostra para uma educação antirracista

É relevante frisar que desde a apresentação do PIBID e da proposição de trabalho voltada para a temática do subprojeto, os estudantes se mostraram entusiasmados em produzir conhecimento e materiais que contemplavam diretamente problemáticas vivenciadas por eles próprios em seus cotidianos. Na universidade, sempre que nós, futuros docentes, debatemos a Lei nº 10.639/03 e o seu impacto em nossa formação básica recente, identificamos grandes lacunas no que diz respeito ao seu cumprimento, mesmo que os colegas venham de várias regiões do Brasil. A partir da identificação do problema, naturalmente pensamos em suas causas e possíveis soluções, nesse sentido, concordo com a professora Maria Telvira da Conceição ao tratar de um suposto desinteresse em torno do tema e apontar que essa falha, na verdade, é estrutural:

Sobre a falta de interesse do aluno pela a história e temas relacionados ao povo negro, é preciso ser dito de outra forma: o desinteresse é consequência e não causa. O argumento que contraponho é que os temas de interesse dos grupos marginalizados etnicamente no ensino de História não têm sido objeto de preocupação na pauta dos historiadores, assim como dos teóricos da disciplina. Isto já é suficiente para questionar que não se trata da falta de receptividade do aluno e sim do ensino de História (CONCEIÇÃO, 2001, p. 67).

É claro que a Lei nº 10.639/03, após vinte e um anos de existência, apresenta avanços significativos para o Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira, mas ainda segundo Maria Telvira, “essa tarefa está apenas no prelúdio” (CONCEIÇÃO, 2023, p. 10). A partir da minha experiência, reafirmo a importância de iniciativas como o PIBID voltadas para essa temática, não só visando a prática desempenhada na escola, mas também a formação de professores que estejam atentos, engajados e comprometidos com uma educação libertadora, conforme desenvolvido por bell hooks (2017).

Partindo para a análise dos trabalhos apresentados na Mostra, o primeiro se trata de uma exposição de fotos montada em estilo de quadro de investigação policial. O grupo que produziu essa apresentação era composto por cinco integrantes¹⁰, quatro meninas e um menino. O quadro contava com fotografias do período da escravidão, ditadura militar, mas sobretudo de mulheres negras que marcaram a história do Brasil, como Marielle Franco, Lélia González e Antonieta de Barros.¹¹ Além disso, ao lado da exposição havia ainda a simulação de uma cena criminal, num cenário que simulava um corpo caído no chão:

Figura 4 – Quadro de fotografias apresentado na Mostra de História.

¹⁰ Os nomes das autoras e autores dos trabalhos não serão expostos, uma vez que essa autorização não foi pedida na época e os estudantes se formaram, dificultando o contato.

¹¹ Marielle Franco foi socióloga, ativista e a 5ª vereadora mais bem votada da cidade do Rio de Janeiro, promovendo um dos mandatos mais notórios da capital carioca entre 2017 e 2018.

Uma das maiores referências intelectuais brasileiras, Lélia González também era ativista e professora, possuindo obras fantásticas principalmente sobre gênero, raça e classe.

A professora e jornalista Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra a assumir um cargo político no Brasil, além de ser reconhecida por sua luta incansável pela educação inclusiva e de qualidade.

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. (GONZÁLEZ, 1982, p. 3)

Esse trabalho, ao passo que discute a importância política de Marielle Franco e seu assassinato em razão justamente do que representava, enquanto mulher preta, política e ativista, do que acreditava e pelo que lutava, também exalta o lugar de referência intelectual de Lélia González e sua ação ativista durante a ditadura militar brasileira. Além disso, traz luz sobre a história invisibilizada de Antonieta de Barros, primeira mulher negra a ocupar um cargo parlamentar no Brasil, e uma das personalidades mais significativas da luta por educação no país. Enxergo essa produção enquanto muito potente por tudo que mobiliza e pela metodologia adotada, de abordar pautas históricas a partir de pessoas negras em seus lugares de protagonismo.

Esse trabalho rompe com uma historiografia escolar que ainda insiste em promover homens, brancos, das camadas sociais privilegiadas, ocupantes de cargos políticos e ligados às elites econômicas, tratando-os como principais ou exclusivos sujeitos da História do Brasil, relegando ao esquecimento tantos outros e outras.

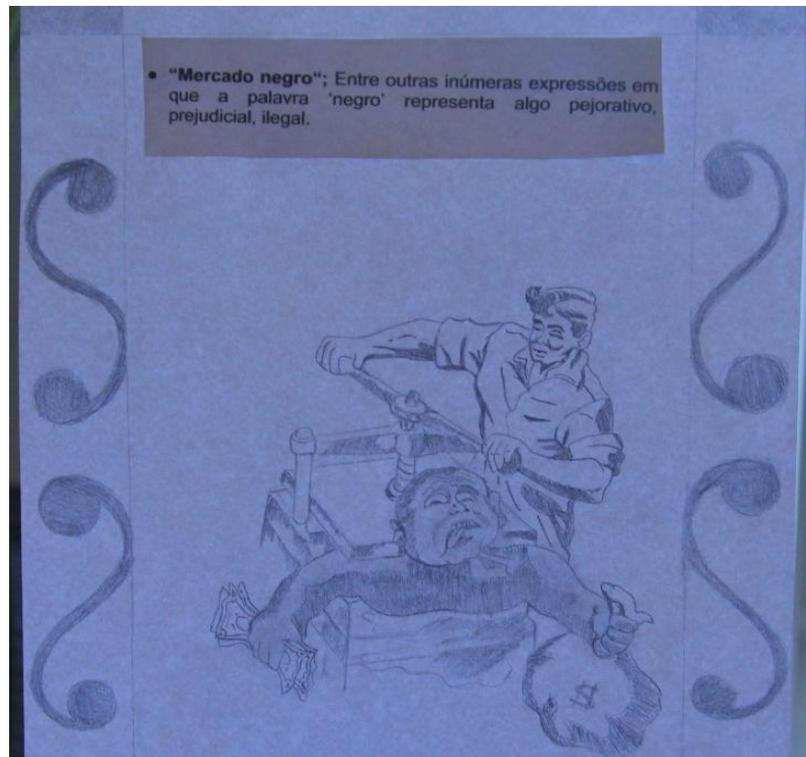
O próximo trabalho que apresento foi produzido por um trio de meninos e consistiu num varal de ilustrações autorais que trazia em conjunto com os desenhos, termos de cunho racista bastante utilizados na linguagem cotidiana. As palavras e expressões, como “denegrir”, “mulata”, “cor do pecado” e “mercado negro” foram colocadas em folhas e acompanhadas ainda de breves textos, no estilo de verbetes. Ao invés do sentido puro das sentenças, os estudantes promoveram uma problematização e trouxeram explicações acerca do viés preconceituoso e do porquê essas falas não deveriam ser reproduzidas. Além da exposição, no discurso oral sobre o trabalho, os estudantes trouxeram exemplos de palavras para substituir o uso dessas expressões no vocabulário.

Figuras 6, 7 e 8 – Varal com termos racistas apresentado na Mostra.¹²

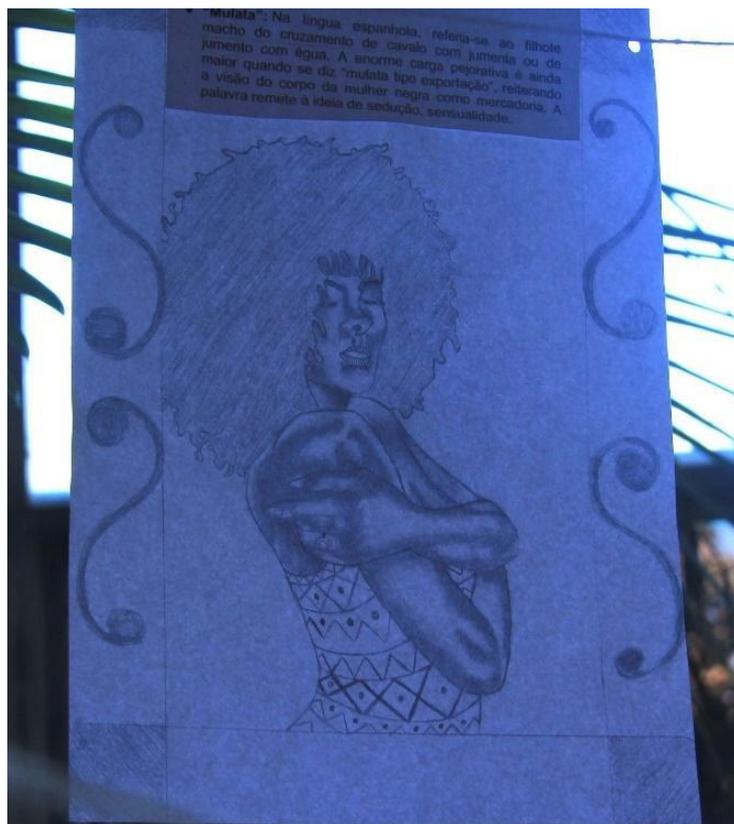
¹² A explicação acerca das expressões foi retirada do *site* da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Espírito Santo, e cada “verbeta” apresenta os seguintes textos:

Denegrir: Sinônimo de difamar, possui na raiz o significado de “tornar negro”, como algo maldoso e ofensivo, “manchando” uma reputação antes “limpa”.

Mercado Negro e Ovelha Negra: Entre outras inúmeras expressões em que a palavra ‘negro’ representa algo pejorativo, prejudicial, ilegal.



Mulata: Na língua espanhola, referia-se ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua. A enorme carga pejorativa é ainda maior quando se diz "mulata tipo exportação", reiterando a visão do corpo da mulher negra como mercadoria. A palavra remete à ideia de sedução, sensualidade. Disponível em: [Novembro Negro: conheça algumas expressões racistas e seus significados](#)



Fonte: Yago Araújo. Arquivo do PIBID da E. E. Américo René Giannetti.

Essa apresentação em particular, chamou a atenção por ser a única da Mostra que trabalha a questão da língua enquanto um “espaço” de disseminação e construção do preconceito racial, mas também mostra que ela pode e deve ser um lugar de luta (NASCIMENTO, 2020, p. 19-20). A importante discussão da linguagem enquanto uma ferramenta de poder mobiliza teóricos de diversas áreas. Especialmente para o Ensino de História, creio que essa deve ser uma pauta cara, afinal, “através da língua nós tocamos uns nos outros” (HOOKS, 2017, p. 233), sendo essencial que o professor de História tenha consciência de que a língua tem a “dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência.” (KILOMBA, 2019, p. 14).

A partir daí, é imprescindível trabalhar as origens desse sentido preconceituoso partindo do tempo passado, mas com o olhar no presente e almejando um futuro que rompa com essas estruturas racistas. Sobre a língua enquanto um espaço de poder e luta, Gabriel Nascimento coloca:

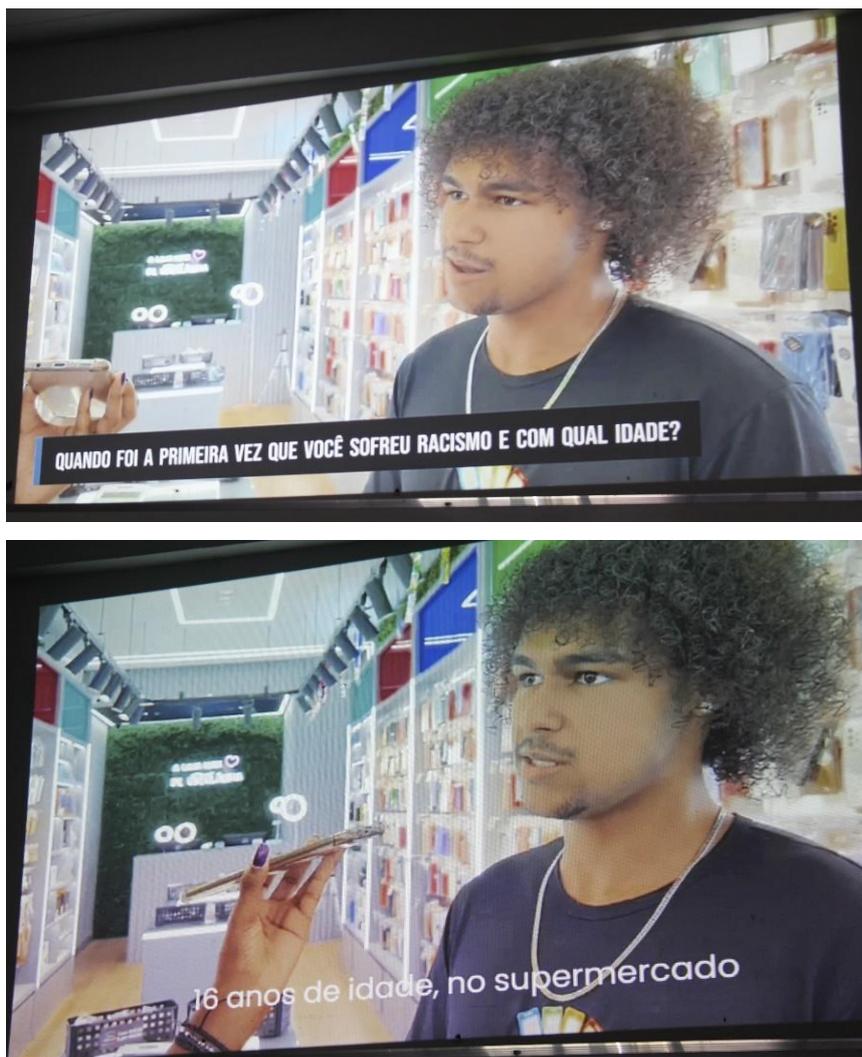
Assim, mais do que compreender ou abandonar os sistemas de poder, é preciso disputá-los para que as línguas também sejam espaços de luta. No nosso caso, é preciso adentrar o processo da racialidade para responder a nossa pergunta inicial. A língua tem cor? Em si, como iniciamos anteriormente a argumentação, nenhuma língua tem cor porque nenhuma língua existe em si. Entretanto, ao serem politizadas, as línguas têm cor, gênero, etnia, orientação

sexual e classe porque elas funcionam como lugares de desenhar projetos de poder, dentre os quais o próprio colonialismo fundado a partir de 1492 e a colonialidade que ainda continua entre nós como continuidade dele. (NASCIMENTO, 2020, p. 19-20)

A próxima produção é um documentário elaborado a partir de entrevistas, feito integralmente pelas estudantes, que foram às ruas e espaços públicos de Uberlândia para questionar pessoas pretas a respeito do racismo e o impacto do preconceito em suas vidas. Esse grupo era composto por seis estudantes, que vieram até a Universidade Federal de Uberlândia e também passaram pelo centro da cidade em busca de entrevistados. Nesse caso, as imagens do trabalho mostrarão apenas algumas perguntas e fragmentos de respostas dos voluntários, mas que são suficientes para endossar a reflexão.

Figuras 9, 10, 11 e 12 – Documentário exibido na Mostra de História.





Fonte: Yago Araújo. Arquivo do PIBID da E. E. Américo René Giannetti.

Antes de trabalhar as fotos, gostaria de enfatizar o que coloca o atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio Almeida acerca do racismo estrutural:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção*. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. (ALMEIDA, 2018, p. 38-39)

Traçando uma breve descrição do trabalho, o vídeo apresentava manifestações contra o racismo ocorridas no período da 1ª República, e depois direcionava o debate para o tempo presente a partir de entrevistas voluntárias realizadas e gravadas em espaços públicos de Uberlândia pelas integrantes do grupo. Nas imagens, há as entrevistas de dois jovens, mas também foi entrevistado um idoso, além de um aluno da própria instituição, que utilizou o

documentário enquanto espaço de denúncia da violência racial que sofreu dentro das dependências da escola.

A começar pelo título, “Do racismo ao racismo”, é possível perceber que esse trabalho também mobilizou temporalidades no Ensino de História, tendo como principal objetivo explorar o preconceito racial da 1ª República Brasileira até a contemporaneidade, trazendo, além das entrevistas recentes, imagens de protestos do Movimento Negro brasileiro no século XX. Mais do que isso, o documentário evidencia uma relação de continuidade, isto é, uma reelaboração contínua no tocante ao racismo em momentos históricos distintos, correspondendo a demanda apontada por Maria Telvira da Conceição ao dizer que é preciso “aprender a ler o Brasil racista que construímos.” (CONCEIÇÃO, 2023, p. 8)

O debate em torno do racismo estrutural também foi possível a partir das respostas dos entrevistados às perguntas exemplificadas acima, uma vez que os episódios sofridos e relatados pelos voluntários se encaixam justamente nessa perspectiva do preconceito. Ao mostrar que as violências atuais não são totalmente semelhantes às perpetuadas no período da 1ª República, o documentário, por outro lado, expôs que as raízes dessa estrutura contemporânea residem também naquele momento da história do país. Ademais, reconhecer e denunciar o racismo estrutural é uma necessidade que passa diretamente pela tarefa do Ensino de História em tratar de forma crítica a constituição dessas estruturas, já que esse racismo, conforme aponta Silvio de Almeida, é na maioria das vezes naturalizado dentro das relações sociais, políticas e econômicas.

O último trabalho a ser analisado é um jornal confeccionado pelos alunos de um grupo que continha quatro integrantes, dois meninos e duas meninas. A produção em formato de periódico contou com matérias jornalísticas relacionadas ao racismo no futebol, à intolerância religiosa no Brasil e à violência contra os povos indígenas. As frases provocantes, como serão melhor observadas nas imagens, possuem um claro tom de denúncia ao preconceito, na medida em que também buscam sensibilizar o leitor em torno das formas de discriminação e violência abordadas. O jornal foi apresentado na Mostra de maneira impressa, mas a fim de uma melhor visualização, reproduzi aqui a versão eletrônica:

Figuras 13, 14 e 15 – Jornal produzido pelos estudantes e apresentado na Mostra de História.

O MUNDO

VOL. 133/2023

BRASIL



Vini Jr. apontando torcedores que o xingaram com ofensas racistas - foto: Jose Jordan/AFP



ENQUANTO A COR DA
PELE FOR MAIS
IMPORTANTE QUE O
BRILHO NOS OLHOS,
HAVERÁ GUERRA

Há anos o jogador Vinicius Júnior vem sendo vítima de ataques e insultos ao longo de sua carreira. São inúmeros episódios que levaram até o estopim, em um de seus jogos na Espanha, diante do Valencia, quando o brasileiro decidiu não se calar.

ACOMPANHE

MAIO DE 2023

ATÉ QUANDO HAVERÁ PRECONCEITO?

VINÍCIUS JÚNIOR É EXPULSO AO REAGIR À INSULTOS:

O jogador brasileiro, Vinicius Jr., na tarde de domingo, (21), foi vítima, mais uma vez, de insultos racistas dentro dos estádios. Dessa vez, durante a derrota do Real Madrid para o Valencia por 1 a 0, parte da torcida começou a chamar o atacante de "macaco". O jogo foi paralisado por oito minutos e o jogador acabou expulso após se envolver em confusão e tentar se defender de um "mata leão"



O prêmio que os racistas ganharam foi a minha expulsão.



Após o ocorrido, o jogador publicou um post em suas redes sociais se pronunciando, assim como outros jogadores que repudiaram o ato e agiram em defesa do jogador.

O Valencia emitiu um comunicado e afirmou que embora o episódio fosse "isolado", não há lugar para insultos como esse no futebol. Na nota, o clube ainda afirmou que os fatos estão em investigação.

A La Liga, campeonato espanhol, disse que pediu as imagens do jogo para investigar melhor os fatos e afirmou estar atenta as ofensas ao brasileiro. O caso gerou uma comoção mundial. O governo espanhol condenou o episódio, e a polícia espanhola prendeu sete pessoas envolvidas em ataques racistas e crimes de ódio contra Vinicius Jr. Três delas responderão em liberdade.

BRASIL

2023

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

Em meio à pandemia, invasões de terras e assassinatos de indígenas aumentaram



A realidade dos povos indígenas, no contexto da pandemia da Covid-19, tornou-se ainda mais dramática, uma vez que a crise sanitária se soma a um contexto anterior de graves e profundas violências praticadas contra suas vidas e seus territórios. Quando a pandemia se instalou nos territórios e comunidades indígenas, não havia nenhum tipo de planejamento para assegurar a proteção e controle do vírus. A precariedade das condições sanitárias denunciou a vulnerabilidade das comunidades para enfrentarem a pandemia e assegurarem as condições de subsistência.

A doença também atingiu o modo de ser, as tradições, e crenças entre os povos. Os rituais fúnebres também foram afetados, visto que não podiam enterrar os mortos de acordo com seus costumes e rituais. Houve, além de tudo, o aumento do preconceito aos povos em função da pandemia, em geral, as pessoas tratam os indígenas com desconfiança e até demonstram receios e medos quanto a uma possível aproximação.

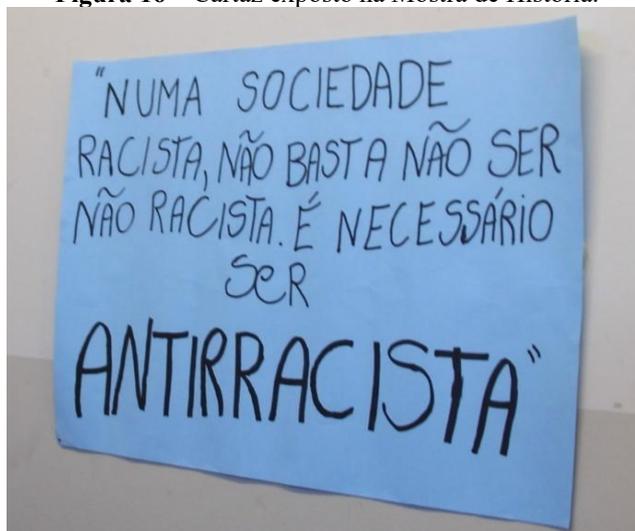
Fonte: Alunos da E. E. Américo René Giannetti. Acervo pessoal.

Essa produção me tocou bastante, uma vez que sou fã de futebol e acompanho todos esses episódios de racismo e violência sofridos pelo jogador de futebol Vinicius Jr. O que se observa é uma sucessão de omissões, por parte das equipes, do campeonato e principalmente da mídia espanhola, que muitas vezes “dá razão” aos racistas. A frase “Até quando haverá preconceito?” veio acompanhada da apresentação oral dos estudantes que debateram o racismo nesse espaço e a necessidade de que ele seja combatido por meio de uma luta coletiva, afinal o futebol é um esporte de massas.

A última matéria também traz um tema cujo debate é de suma importância: a violência contra os povos indígenas no contexto da pandemia da COVID – 19. É inegável que a pandemia atingiu de maneira muito distinta as esferas sociais e econômicas da sociedade, e o jornal denuncia justamente o aumento da violência contra os povos originários nesse período. Mobilizando a Lei nº 11.645/08, os estudantes alertaram, na apresentação oral, para a importância do papel do Estado na garantia dos direitos dos indígenas brasileiros, além de apontar a nossa responsabilidade social nessa luta, especialmente por meio da cobrança do poder público.

Encerro a leitura de produções da Mostra com muita alegria ao lembrar esse dia que foi tão bonito, enriquecedor e potente na minha formação, assim como acredito que tenha sido na dos estudantes também. A Mostra me possibilitou visualizar na prática o que muitas vezes só podemos imaginar através da teoria: uma escola colorida e que exaltava a diversidade ao passo que se posicionava de maneira engajada na crítica e combate ao preconceito racial. Os incontáveis trabalhos que vi, todos me encheram de orgulho e esperança na caminhada por uma sociedade antirracista.

Figura 16 – Cartaz exposto na Mostra de História.



Fonte: Alunos da escola. Yago Araújo. Arquivo do PIBID da E. E. Américo René Giannetti.

IV - Considerações Finais

Nesse artigo, que entrecruza um relato de experiência docente com análise de um conjunto de trabalhos elaborados por estudantes da educação básica, tomados aqui como fontes históricas dessa experiência, busquei apresentar minha leitura acerca da importância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) junto às ações desenvolvidas pelo subprojeto História e Geografia (2022-2024) da Universidade Federal de Uberlândia na Escola Estadual Américo René Giannetti.

Meu principal objetivo foi abordar o potencial do programa enquanto iniciativa de formação de professores que concebe as relações entre saberes, instâncias e produção de conhecimento de forma articulada, sem hierarquizações, para um Ensino de História comprometido com uma educação antirracista, correspondendo ao que preconiza a Lei nº 10.639/03.

Para atingir esse fim, foram necessários basicamente três movimentos de pesquisa. O primeiro, de entender e traçar um panorama teórico geral do que é o PIBID, desde sua proposta em âmbito nacional, até sua releitura em projetos específicos elaborados por instituições de ensino superior para concorrerem periodicamente dentro dos editais lançados pela CAPES.

No segundo movimento, voltada para o subprojeto História e Geografia do projeto institucional do PIBID na UFU, edital 2022-2024, focalizei mais especificamente trabalhos do grupo alocado junto à Escola Estadual Américo René Giannetti, considerando esse ambiente de produção de conhecimentos no qual adentramos, pois foi em diálogo estreito com essa cultura escolar que reelaboramos nosso trabalho na articulação com a proposta do subprojeto.

Por último, voltei meu olhar para uma das atividades promovidas pelo grupo naquela escola, protagonizada por estudantes do terceiro ano do Ensino Médio, que sob nossa orientação organizaram uma Mostra de trabalhos de História, tematizando o preconceito racial no Brasil em diferentes períodos históricos, sobretudo no início do século XX, na chamada Primeira República, e no momento atual em que vivem os próprios alunos. Reuni trabalhos por eles produzidos e analisei-os com o intuito de ressaltar o potencial do projeto para que possamos colocar em curso uma ação docente e um Ensino de História comprometidos com a efetiva implementação da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar brasileiro, atuando de modo resolutivo dentro de uma proposta de educação antirracista. Para isso, entrecruzei as produções dos estudantes a falas de pesquisadores e professores que se dedicam a investigar sobre o Ensino de História na interface com a referida Lei.

É fundamental ressaltar ainda, de maneira especial, a importância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na minha formação em particular. Deixar pra trás a realidade pacata na cidade pequena em busca do sonho da graduação em uma universidade federal numa cidade diferente, sobretudo em um curso de licenciatura, foi um processo permeado por muitas dificuldades e incertezas. Em meio a turbulência, o PIBID surgiu para mim enquanto uma oportunidade de melhora na formação, assim como um auxílio para minha permanência na universidade através da bolsa.

Agora, ao fim do subprojeto e do curso, vejo que o programa foi muito mais que isso. Fui encantada desde o início pela metodologia de desenvolvimento: pesquisa, análise, planejamento e sobretudo produção de conhecimento *na* escola e não *para* a escola. O meu processo de amadurecimento profissional e pessoal passa diretamente pela minha experiência no PIBID, e é por esse motivo que decidi construir esse relato enquanto trabalho de conclusão de curso, para aproveitar mais uma vez a oportunidade de me conectar com aquilo que me transformou e segue cativando.

Chego ao final deste percurso feliz pelo trabalho realizado e fortalecida para assumir meu compromisso enquanto docente esperançosa na busca pela educação libertadora.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDRÉ, Marli; SIGNORELLI, Glaucia. Da iniciação à docência ao trabalho em sala de aula: Contribuições do PIBID. In: LIMA, Marcia Machado de; BURGEILE, Odete (org.). *Iniciação à docência e PIBID: Novos contornos para a formação de professores no Brasil?*. Porto Velho/RO: Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia, 2022. cap. 1, p. 15-36.

BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF: MEC, 2007.

CARMO, Luiz Carlos do. *História das “Funções de Preto”*: Segregação, sonhos e trabalhadores negros na região central do Brasil / Luiz Carlos do Carmo – Curitiba: CRV, 2021.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. Ensinar História e Ensinar História Antirracista: as tarefas dos professores de História com o letramento racial nas escolas brasileiras. *Palavras Abehrtas*. ed. 6, 4 jul. 2023. Disponível em: [Ensinar História antirracista - Maria Telvira.pdf](#). Acesso em: 1 mar. 2024.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. *O negro no ensino de história: uma análise das suas implicações e desafios no contexto do ensino médio*. 2001. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

CORNELO, C. S.; SCHNECKENBERG, M. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID: trajetória e desdobramentos. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 14, n. 27. Junho de 2020.

COSTA, Júlio César Virgínio da. Desafios e dilemas em torno da Lei 10.639/03: permanências históricas. *Palavras Abehrtas*. ed. 6, 4 jul. 2023. Disponível em: [Desafios e dilemas em torno da Lei10.639-03.pdf](#). Acesso em: 1 mar. 2024.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Professor-pesquisador: Utopia ou necessidade político-pedagógica? In: *Docência em História: Experiências de Estágio Supervisionado e formação do professor-pesquisador*. Natal: Editora da UFRN, 2017. p. 14-24. ISBN 978-85-425-0682-2. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23323/7/Doc%
c3%aancia%20em%20hist%
c3%b3ria.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23323/7/Doc%c3%aancia%20em%20hist%c3%b3ria.pdf). Acesso em: 8 fev. 2024.

FRANÇA, Cyntia Simioni; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. Experiências limiares: produção de conhecimento histórico-educacional pelo viés da história pública. In: PAIVA, Valdemir (ed.). *Ensino de História e História Pública: Diálogos Nacionais e Internacionais*. 1. ed. rev. Campo Mourão/PR: Editora Fecilcam, 2022. cap. 10, p. 124-137.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. População e Sociedade. In: GOMES, Ângela de Castro. *Olhando para Dentro* – v 4. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013.

GONZÁLEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. *Mulherio*, São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982. p. 3.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). CAPES. *UFU promove seminário de acompanhamento do Pibid*. 3 dez. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/ufu-promove-seminario-de-acompanhamento-do-pibid>. Acesso em: 1 fev. 2024.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. ISBN 978-8546901401.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Brasil, Editora Letramento, 2020.

OLIVEIRA, Anderson Aparecido Gonçalves de & CARMO, Maria Andréa Angelotti. “Experimentando saberes: práticas de ensino de História integradas ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID”. In: NORONHA, Gilberto César de & CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho (org.). *Na Terceira Margem: teorias, metodologias e sensibilidades do ensino de História*. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022, p. 56-80.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Américo René Giannetti, Uberlândia, 2018.

SEFFNER, Fernando. Se não agora, quando? A urgência do hoje e a desigualdade como tema no Ensino de História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0107, maio/ago. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0107>

SILVA, Marcos Antônio e FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.31, n.60, p.13-33, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>

SOBRINHO, Vicente Batista de M. (2002). *Massificação do ensino em Uberlândia - MG: A fala da imprensa 1940-1960*. (Dissertação Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia.

TIGRE, Diana Martins. Trajetória e potencial formativo do pibid: análise dos editais de 2007 a 2020. *E-book VIII ENALIC*. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/85137>>. Acesso em: 01/02/2024